AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.940 - MG (2019/0339201-7)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE	:	ALESAT COMBUSTIVEIS S.A
ADVOGADOS	:	ANDRE DE ALMEIDA RODRIGUES - MG074489 IGOR FERREIRA LUNA LOURO - SP376357 LEONARDO AUGUSTO FURTADO PALHARES - SP271483
AGRAVADO	:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES.	:	BELO HORIZONTE CARTORIO DO 3 OFICIO DE REGISTRO DE IMOVEIS
ADVOGADOS	:	CELSO RENATO CABRAL - MG014109 SILVANA MARIA CABRAL - MG064591 GABRIELA RESENDE CABRAL - MG072826

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ALESAT COMBUSTIVEIS S.A, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.os 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Cumprido o despacho de fl. 1291, prossigo na análise dos autos.

A parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 22/10/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 12/03/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 83397A8E-3E22-45F3-988A-7A22FBDDC016

importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 83397A8E-3E22-45F3-988A-7A22FBDDC016